



PM-PA
Praticando - Oficial

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	43

INFORMÁTICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	15

DIREITO CIVIL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

DIREITO PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	18

DIREITO PROCESSUAL PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	16

DIREITO PENAL MILITAR

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	9

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	9

DIREITOS HUMANOS

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	10

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

SUMÁRIO



1. CEBRASPE (CESPE) - Del Pol (PC ES)/PC ES/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjugação. Reconhecimento e Emprego dos Modos e Tempos Verbais

Texto CG1A1-I

No meio científico, a imaginação é conhecida como especulação e tratada com certa desconfiança — nas publicações, costuma ser acompanhada de uma advertência obrigatória. Parte da redação de uma pesquisa consiste em limpá-la de voos fantasiosos, de conversa fiada e dos milhares de tentativas e erros que dão origem até mesmo às menores descobertas. Nem todo mundo que lê um estudo quer atravessar muito espalhafato. Ainda, os cientistas precisam parecer confiáveis. Entre sorratamente nos bastidores da ciência e talvez você não encontre as pessoas em sua melhor aparência. Mesmo nos bastidores, nas reflexões noturnas que compartilhei com colegas, era incomum entrar em detalhes de como havíamos imaginado — de modo acidental ou deliberado — os organismos que estudamos, fossem eles peixes, bromélias, cipós, fungos ou bactérias. Havia algo embaraçoso em admitir que o emaranhado de nossas conjecturas, fantasias e metáforas sem fundamento pudesse ter ajudado a moldar a nossa pesquisa. Apesar disso, a imaginação faz parte da atividade cotidiana da pesquisa. A ciência não é um exercício de racionalidade a sangue-frio. Os cientistas são – e sempre foram – emocionais, criativos, intuitivos, seres humanos inteiros, lançando perguntas sobre um mundo que não foi feito para ser catalogado e sistematizado. Sempre que eu perguntava o que esses fungos faziam e elaborava estudos para tentar entender seu comportamento, precisava imaginá-los.

Merlin Sheldrake. A trama da vida. Como os fungos constroem o mundo.

São Paulo: Fósforo/Ubu Editora, 2021, p. 29 (com adaptações)

Assinale a opção em que as duas formas verbais destacadas do texto CG1A1-I estão conjugadas no mesmo tempo e modo.

- (A) “quer” (terceiro período) e “parecer” (quarto período)
- (B) “Entre” (quinto período) e “encontre” (quinto período)
- (C) “precisam” (quarto período) e “foram” (penúltimo período)
- (D) “compartilhei” (sexto período) e “foi” (penúltimo período)
- (E) “havíamos imaginado” (sexto período) e “ter ajudado” (sétimo período)



1. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (CBM TO)/CBM TO/2023

Assunto: Informática - Windows 10



A imagem precedente mostra parte da tela de um computador em que aparece uma janela do programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, sobre a Área de Trabalho do Windows 10.

Assinale a opção que corresponde ao resultado obtido após o usuário clicar no arquivo `edital_3_selecao_g.pdf`, arrastá-lo e soltá-lo na Área de Trabalho.

- (A) O arquivo `edital_3_selecao_g.pdf` será movido da pasta Downloads, definida como padrão no Chrome, para a Área de Trabalho.
- (B) O Windows emitirá uma mensagem de erro, pois não é permitido copiar, diretamente do navegador para a Área de Trabalho, um arquivo objeto de um download.
- (C) Uma cópia do arquivo `edital_3_selecao_g.pdf` será criada na Área de Trabalho.
- (D) Um atalho apontando para o arquivo `edital_3_selecao_g.pdf` será criado na Área de Trabalho.

2. CEBRASPE (CESPE) - ANA ADM (AGER MT)/AGER MT/ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

No Windows 10, a ferramenta que exibe uma lista contendo os componentes de *hardware* conectados ao computador, os quais estão agrupados em categorias, recebe o nome de

- (A) Windows Update.
- (B) Windows Defender.
- (C) Gerenciador de tarefas.
- (D) Gerenciador de dispositivos.
- (E) Configurações de privacidade.

3. CEBRASPE (CESPE) - INSP REG (AGER MT)/AGER MT/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Assinale a opção que indica a ferramenta do Windows 10 que permite ao usuário gerenciar os arquivos e as pastas no computador.

- (A) Gerenciador de Dispositivos
- (B) Gerenciador de Tarefas
- (C) Painel de Controle



1. CEBRASPE (CESPE)- PROC (PGE RO)/PGE RO/2022

Assunto: Direito Civil - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

O atributo da pessoa natural, conferido pela legislação civil, que a qualifica a firmar negócios de grandes riscos, sem auxílio ou intervenção de outra pessoa, e, conseqüentemente, a assumir eventuais perdas referentes à

- (A) aptidão.
- (B) titularidade.
- (C) capacidade.
- (D) vontade.
- (E) maioridade.

2. CEBRASPE - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022

Assunto: Direito Civil - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

De acordo com a legislação brasileira, são absolutamente incapazes

- (A) os menores de dezesseis anos de idade.
- (B) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos de idade.
- (C) os pródigos.
- (D) os viciados em tóxicos.
- (E) os ébrios habituais.

3. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Civil - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

Conforme o Código Civil vigente, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil e, por isso, devem ser representados

- (A) aqueles que não podem exprimir sua vontade por causa permanente.
- (B) os pródigos.
- (C) os menores de dezoito anos.
- (D) os menores de dezesseis anos.
- (E) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem discernimento necessário.

4. CEBRASPE (CESPE) - ADP (DPE RO)/DPE RO/JURÍDICA/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Vanessa, casada com Marcos havia três anos, estava grávida do seu primeiro filho, fruto dessa união. Apesar de a gestação ter sido tranquila, houve complicações no momento do parto, o que ocasionou a necessidade de entubar o recém-nascido, que, infelizmente, veio a óbito cinco horas após o parto.

Considerando essa situação hipotética e as regras acerca da pessoa natural e dos direitos da personalidade, assinale a opção correta.



1. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM RO)/PM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

As fontes do direito administrativo brasileiro incluem

I a Constituição Federal.

II a jurisprudência.

III as leis.

IV a doutrina jurídica.

V as normas regulamentares de Estados estrangeiros.

Estão certos apenas os itens

(A) **I e III.**

(B) **II e V.**

(C) **I, IV e V.**

(D) **I, II, III e IV.**

(E) **II, III, IV e V.**

2. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/FINANÇAS E CONTROLE/2023 DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

Assinale a opção **correta** à luz dos princípios da administração pública.

(A) Na concretização do princípio da publicidade, a chamada transparência passiva consiste na atividade da administração pública de deixar informações à disposição dos cidadãos potencialmente interessados, em páginas da Internet.

(B) A inobservância do princípio da moralidade acarreta invalidade jurídica de ato administrativo.

(C) Em virtude do princípio da isonomia, sempre que constatar diferença de tratamento entre os administrados, a administração pública deverá adotar as providências necessárias para suprimi-la, de ofício ou por provocação do interessado.

(D) Na atividade administrativa, quando há incidência do princípio da legalidade, afasta-se a discricionariedade da autoridade pública.

3. CEBRASPE (CESPE) - PER OF (PC PB)/PC PB/CRIMINAL/ÁREA GERAL/2022 DIREITO ADMINISTRATIVO - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

No que se refere aos princípios que devem ser observados pela administração pública e seus servidores no exercício de suas atividades administrativas, aquele pelo qual especificamente se impõe ao agente público a realização de suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional é o princípio da

(A) eficácia.

(B) segurança jurídica.

(C) autotutela.

(D) efetividade.

(E) eficiência.



1. CEBRASPE (CESPE) - PFN (PGFN)/PGFN/2023

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

A respeito de emendas constitucionais, do preâmbulo da CF e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), assinale a opção **correta** conforme a jurisprudência do STF e a doutrina constitucional.

(A) Uma emenda constitucional pode ingressar na ordem constitucional brasileira mesmo que não altere, expressa e textualmente, o preâmbulo, o corpo permanente ou o ADCT da CF.

(B) O preâmbulo da CF e o ADCT possuem a mesma força jurídica, podem criar direitos e obrigações e constituem parâmetro para o controle de constitucionalidade, motivo pelo qual devem ser reproduzidos nas constituições estaduais.

(C) A *invocatio Dei* no preâmbulo da CF não é norma de reprodução obrigatória nas constituições estaduais e nas leis orgânicas do DF e dos municípios, na medida em que enfraquece a laicidade do Estado brasileiro.

(D) Todas as Constituições Federais, de 1824 a 1988, tiveram preâmbulo e apresentaram ADCT como ato destacado do restante do corpo do texto constitucional.

(E) Um preâmbulo destina-se, sobretudo, a auxiliar na transição de uma ordem jurídica para outra, motivo pelo qual não se encontram no preâmbulo da CF disposições com efeitos instantâneos e definitivos, com efeitos diferidos ou com efeitos permanentes.

2. CEBRASPE (CESPE) - PROC MUN (PGM SP)/PREF SP/2023

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

Quanto ao conceito, à classificação e à interpretação das normas constitucionais, assinale a opção **correta**.

(A) Uma norma materialmente constitucional pode ser não escrita.

(B) O fato de uma norma constitucional atribuir certo poder geral a um órgão não pressupõe que ela haja atribuído outros poderes necessários à realização daquele.

(C) As normas constitucionais caracterizam-se por não terem exequibilidade imediata.

(D) Na interpretação das normas constitucionais originárias, deve-se considerar a hierarquia entre as normas materialmente constitucionais e as formalmente constitucionais.

(E) O intérprete da Constituição deve privilegiar o método gramatical ou literal, a fim de evitar interpretações contraditórias do texto constitucional.

3. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE TO)/MPE TO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

Quanto à sua origem, as constituições podem ser

(A) escritas ou não escritas.

(B) históricas ou dogmáticas.

(C) rígidas ou flexíveis.

(D) promulgadas ou outorgadas.

(E) ortodoxas ou ecléticas.

4. CEBRASPE (CESPE) - TJ (TJ CE)/TJ CE/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil elencados na Constituição Federal de 1988 (CF) referem-se aos fundamentos, aos objetivos fundamentais e aos princípios que regem suas relações internacionais. Em relação a esse tema, assinale a opção **correta**.

(A) A igualdade é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, expressamente previsto no texto constitucional.

(B) Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil deve observar o princípio da soberania militar, de modo que, havendo conflito com outra nação estrangeira, a solução adotada deve privilegiar a ação bélica para a garantia da independência nacional.



Nas disposições penais da Lei Geral da Copa, foi estabelecido que os tipos penais previstos nessa legislação tivessem vigência até o dia 31 de dezembro de 2014.

Considerando-se essas informações, é correto afirmar que a referida legislação é um exemplo de lei penal

- (A) excepcional.
- (B) temporária.
- (C) corretiva.
- (D) intermediária.

5. CEBRASPE (CESPE) - JD (TJDFT)/TJDFT/2023

Assunto: Direito Penal - Tempo do Crime

Quanto ao tempo do crime, assinale a opção **correta**.

- (A) Mesmo que lei posterior deixe de considerar determinado fato como crime, não serão excluídos os efeitos penais de condenação feita com base na legislação outrora vigente.
- (B) A lei temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que decorrido o período de sua duração.
- (C) A lei excepcional tem aplicação imediata, não gerando efeitos caso não aplicada durante sua vigência.
- (D) Definido o fato como criminoso, a pena deve ser aplicada quando estabelecida cominação para ele.
- (E) Ainda que transitada em julgada sentença penal condenatória, lei posterior terá aplicação imediata.

6. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Direito Penal - Da Contagem dos Prazos

De acordo com a doutrina e a legislação penal, os prazos penais são

- (A) prorrogáveis, incluindo-se em sua contagem o dia do começo.
- (B) improrrogáveis, excluindo-se o dia do começo em seu cômputo.
- (C) improrrogáveis, incluindo-se em seu cômputo o dia do começo.
- (D) prorrogáveis, excluindo-se o dia do começo em sua contagem.

7. CEBRASPE (CESPE) - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Penal - Lugar do Crime

Em relação ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria

- (A) do resultado.
- (B) da consumação.
- (C) da atividade.
- (D) da ubiquidade.
- (E) da ação.

8. CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/DIREITO/2020

Assunto: Direito Penal - Lugar do Crime



1. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Considerando-se os sistemas processuais, é correto afirmar que uma das características do sistema acusatório é

- (A) a separação das funções de acusar, defender e julgar, ficando cada qual a cargo de uma pessoa distinta.
- (B) a existência, em regra, de decisões sigilosas.
- (C) o reconhecimento do réu como objeto de direito.
- (D) a neutralidade do juiz.
- (E) a iniciativa probatória de ofício.

2. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Segundo o princípio de vedação da autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), o acusado

- (A) é obrigado a fornecer padrões vocais necessários para subsidiar prova pericial de verificação de interlocutor.
- (B) é obrigado a fornecer material para exame grafotécnico, para fins de reconhecimento de escritos por comparação de letra.
- (C) é obrigado a participar da reconstituição do crime a ele imputado.
- (D) não pode mentir, sob pena de perjúrio.
- (E) tem direito ao silêncio, o que não implica direito de falsear a verdade quanto à identidade pessoal.

3. CEBRASPE (CESPE) - JE TJMA/TJ MA/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Em relação aos sistemas processuais penais e aos seus princípios reitores, assinale a opção correta.

- (A) A efetividade da repressão criminal do sistema acusatório cabe especialmente ao órgão julgador, responsável pela aplicação da pena no caso concreto.
- (B) No sistema acusatório, o legislador admite que a imparcialidade judicial esteja comprometida com um objetivo considerado mais importante.
- (C) O modelo ideal de sistema acusatório é previsto em instrumento normativo internacional, a partir de critérios uniformes definidos pela doutrina processual.
- (D) A crítica ao sistema inquisitivo está relacionada à sua falta de rigor quanto à certeza de repressão dos fatos contrários à ordem social.
- (E) A decisão sobre o sistema que deverá ser implantado em determinado país pressupõe uma definição prévia, por parte do legislador, de alguns critérios de política criminal, entre os quais está o grau de eficiência da repressão.

4. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

No que se refere à norma processual penal e sua aplicação, assinale a opção **correta**.

- (A) Os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior precisam ser renovados.
- (B) A lei processual penal admite tanto a aplicação analógica quanto a interpretação extensiva.
- (C) A lei processual penal, quanto à sua eficácia temporal, não terá aplicação imediata, salvo em benefício do réu.
- (D) O princípio da nacionalidade, como regra geral, é utilizado para a aplicação da lei processual penal no espaço.
- (E) A revogação total de uma lei processual penal é chamada de derrogação.



1. CEBRASPE (CESPE)- JD (TJDFT)/TJDFT/2023

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Considerando-se a distinção entre crime comum e crime militar, é **correto** afirmar que ocorre crime comum no caso de

(A) um civil cometer roubo de valores pertencentes a empresa privada depositados em posto do Banco do Brasil situado em área sob a administração militar.

(B) um civil, fora de lugar sujeito à administração militar, praticar crime contra militar que esteja no desempenho de serviço de vigilância por determinação legal superior.

(C) um militar integrante da reserva remunerada ter cometido descaminho e, no momento de abordagem policial realizada por militares, apresentar-se como policial militar e exibir carteira funcional para evitar revista do seu automóvel.

(D) um policial militar exigir vantagem indevida de um civil, em função de abordagem de rotina realizada em veículo cuja documentação esteja irregular.

(E) um civil praticar crime contra as instituições militares e contra o patrimônio sob a administrativa militar, seja em tempo de guerra, seja em tempo de paz.

2. CEBRASPE (CESPE)- OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Conforme a lei penal militar, consideram-se crimes militares em tempo de paz

I os definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, desde que o sujeito ativo seja militar, salvo disposição especial.

II os que, embora também estejam previstos com igual definição na lei penal comum, forem praticados por militar em situação de inatividade contra militar na mesma situação.

III os que forem dolosos contra a vida e praticados por militares das Forças Armadas contra civil no contexto de cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item II está certo.

(C) Apenas o item III está certo.

(D) Apenas os itens I e II estão certos.

(E) Apenas os itens II e III estão certos.

3. CEBRASPE (CESPE)- OF (PM RO)/PM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Assinale a opção em que a conduta correspondente a um tipo penal determinado será considerada crime militar, conforme a lei penal castrense.

(A) Civil que furta material bélico de batalhão de polícia militar.

(B) Cabo fardado, porém fora de serviço, que agride verbalmente esposa civil em sua residência.

**1. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023**

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Lei Processual Penal Militar e sua Aplicação (arts. 1º a 6º do CPPM)

No que se refere à aplicação e à interpretação do Código de Processo Penal Militar (CPPM), assinale a opção correta.

(A) Havendo divergência entre norma do CPPM e tratado internacional de que o Brasil seja signatário, prevalecerá a primeira, em observância aos princípios da hierarquia e da disciplina militares.

(B) É permitida interpretação extensiva da norma processual penal militar, ainda que essa interpretação enseje cerceamento à defesa do acusado.

(C) Admite-se interpretação restritiva quando for manifesta a amplitude demasiada da lei, salvo quando tal interpretação buscar impedir a marcha natural do processo, especialmente em sua fase inicial.

(D) A lei processual penal comum é complementar à lei especial militar, devendo ambas ser aplicadas simultaneamente, quando coerentes, ou segundo o critério de razoabilidade do julgador, quando omissas.

(E) Diante de omissão legislativa, o intérprete poderá recorrer à jurisprudência ou aos costumes militares, mas não à analogia.

2. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

No que concerne à polícia judiciária militar e ao inquérito policial militar (IPM), assinale a opção correta.

(A) Convencida da inexistência de crime, a autoridade policial militar ordenará o arquivamento do IPM, desde que ausentes quaisquer diligências sujeitas à autorização ou à comunicação judicial no caderno de investigação.

(B) É vedada a participação de advogado nas diligências probatórias da fase policial, salvo nos IPM que versem sobre crimes dolosos contra a vida.

(C) A instauração de IPM é feita por meio de portaria, exigindo-se da autoridade responsável o grau de bacharel em direito.

(D) A abertura de sindicância não poderá ser simultânea à instauração de IPM quando os fatos forem os mesmos.

(E) A sindicância suficientemente instruída poderá substituir o IPM quando da proposição de denúncia pelo Ministério Público.

3. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

O encarregado pelo IPM aberto para investigar conduta de militar estadual em fato relacionado a uso de força letal praticado no exercício profissional deverá

(A) dar publicidade ampla ao IPM, conforme os princípios gerais da administração pública.

(B) arquivar o IPM quando as diligências indicarem categoricamente a presença de excludente de ilicitude.

(C) garantir a incomunicabilidade do indiciado, mas facultar-lhe consulta com advogado a partir do terceiro dia do indiciamento.



1. CEBRASPE (CESPE) - PROC (PGE RO)/PGE RO/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Acerca de universalismo e relativismo cultural em questões de globalização e direitos humanos, assinale a opção **correta**.

- (A) A globalização conduz inevitavelmente a uma concepção universalista dos direitos humanos.
- (B) A ideia do relativismo cultural surgiu com as primeiras declarações de direitos.
- (C) O universalismo na temática de direitos humanos é contestado pelos países ocidentais, que alegam diferenças culturais face ao mundo islâmico.
- (D) Segundo a Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, os direitos humanos das mulheres somente podem ser garantidos em um contexto de relativismo cultural.
- (E) Boaventura de Sousa Santos propõe uma superação do debate sobre universalismo e relativismo a partir de uma concepção multicultural dos direitos humanos.

2. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE AC)/MPE AC/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Assinale a opção correta com referência ao direito das vítimas.

- (A) O termo instituições de garantia, nas quais se enquadra o Ministério Público — referência feita por Luigi Ferrajoli —, é fruto das chamadas Constituições de segunda geração, como a Constituição Portuguesa de 1976.
- (B) O garantismo hiperbólico é uma consequência da racionalidade do garantismo monocular, que, por sua vez, acarreta uma proteção sistêmica.
- (C) O garantismo penal se confunde com o legalismo, porque ambas as teorias estão calcadas no Estado Democrático de Direito.
- (D) O garantismo penal evoluiu para uma visão integral, protegendo, além dos direitos individuais, também direitos sociais e coletivos, bem como os deveres, nos quais se insere, além do dever de investigar, processar e punir, também o direito das vítimas.
- (E) A visão atual de garantismo penal, a partir da ideia de instituições de garantia, é a de que existe mais de um garantismo: o garantismo do delinquente, calcado no status libertatis; e o garantismo das vítimas, fundamentado na prevenção da pena.

3. CEBRASPE (CESPE) - PROC (PGE PA)/PGE PA/2022

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

A cada grande surto de violência, os homens recuam, horrorizados, à vista da ignomínia que afinal se abre claramente diante de seus olhos; e o remorso pelas torturas, as mutilações em massa, os massacres coletivos e as explorações aviltantes fazem nascer nas consciências, agora purificadas, a exigência de novas regras de uma vida mais digna para todos.

Fábio Konder Comparato. A afirmação histórica dos direitos humanos.

3.^a ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2003, P. 37 (COM ADAPTAÇÕES).

Considerando a perspectiva acerca dos direitos humanos adotada no texto apresentado, assinale a opção **correta**.

- (A) Os direitos humanos surgem de uma atuação positiva do Estado, com a criação de novas regras para a dignidade humana.
- (B) Os direitos humanos decorrem de um acordo de vontades de pessoas autônomas e esclarecidas.



1. CEBRASPE - DEL POL (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Direito Cultural, Desportivo e da Comunicação - Lei nº 14.597/2023 - Lei Geral do Esporte

A bilheteria oficial disponibilizou sessenta mil ingressos para a final de determinado campeonato de futebol, os quais se esgotaram em menos de 24 horas. João, cambista conhecido, conseguiu comprar dez ingressos, ao preço de R\$ 100,00 a unidade, e os vendeu no dia do jogo por R\$ 250,00 cada. Por essa conduta, ele foi preso em flagrante.

Nessa situação hipotética, João praticou

- (A) crime definido no Estatuto do Torcedor.
- (B) o crime de fraude ao comércio.
- (C) fato atípico.
- (D) o crime de estelionato.
- (E) crime contra a economia popular.

2. CEBRASPE - DP SE/DPE SE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Preliminares (arts. 1º ao 7º da Lei nº 10.741/2003)

A chamada “preferência da preferência” é prevista, por exemplo, nos casos que envolvam o direito fundamental

(A) à saúde, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência em todos os atendimentos, incluindo-se os de emergência.

(B) à profissionalização e ao trabalho, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência na admissão ao trabalho e emprego sem fixação de limite máximo de idade.

(C) ao transporte público, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência aos assentos reservados nas viagens urbanas, semiurbanas e interestaduais.

(D) de acesso à justiça, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos prioridade especial na tramitação de processos em relação aos idosos que ainda não completaram 80 anos.

(E) à habitação, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência na aquisição de imóvel para moradia própria oferecido em programas habitacionais.

3. CEBRASPE - NER (TJ SC)/TJ SC/REMOÇÃO/2023

Assunto: Direitos Humanos - Do Direito à Saúde (arts. 15 ao 19 da Lei nº 10.741/2003)

Francisco, de 78 anos de idade, está abrigado em uma instituição rural sem fins lucrativos conveniada ao poder público desde que seu único filho, George, faleceu em um acidente de carro. Atualmente, Francisco necessita de cuidados intensivos de saúde, em razão de uma grave doença degenerativa que o impede de se locomover.

Nessa situação hipotética, conforme prevê o Estatuto da Pessoa Idosa — Lei n.º 10.741/2003, Francisco

(A) tem direito a atendimento domiciliar e a internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para que lhe seja assegurada atenção integral à saúde.

(B) terá direito a atendimento domiciliar e a internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS) apenas quando completar oitenta anos de idade.

(C) tem direito à internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas não ao atendimento domiciliar.